

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838)

Figura entre os nomes cultuados no país, na medida em que passou à história como o **Patriarca da Independência**, por haver dirigido o primeiro governo organizado depois do evento, tendo sabido orientar o conflito de modo a evitar a permanência da tropa portuguesa no Rio de Janeiro. Acabando esta por deslocar-se para a Bahia, nutriu o confronto que duraria até 2 de julho de 1823.

Nasceu em Santos e foi estudar em Coimbra, na recém organizada Faculdade de Filosofia Natural, como então se denominava a ciência moderna. O objetivo da instituição era formar naturalistas, capazes de organizar a racional exploração dos recursos naturais e, por essa via, recuperar a grandeza de Portugal. Bem dotado e lhe sendo facultada a oportunidade de especializar-se em outros países, tornou-se cientista de renome europeu. Graças a essa condição, exerceu por muitos anos as funções de Secretário da Academia de Ciências de Lisboa. Regressou ao Brasil em 1819, logo se envolvendo nos acontecimentos políticos. Rompendo com o Imperador, depois de consolidada a Independência, foi preso e banido, juntamente com os irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos. Permaneceu no exílio até meados de 1829. Tinha então 66 anos e somente pretendia por em ordem a sua obra científica. Sobrevivendo, entretanto a abdicação de Pedro I, em 1831, foi designado tutor do herdeiro da Coroa. Faleceu aos 74 anos. Preservou-se o conjunto de sua produção intelectual, editado com o título de **Obras científicas, políticas e sociais**, em três volumes.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775/1844)

Nascido em Santos, como seus irmãos José Bonifácio e Antonio Carlos, foi igualmente mandado estudar em Coimbra, onde concluiu a Faculdade de Matemática, como a congênere Faculdade de Filosofia Natural, fruto da reforma pombalina da Universidade, efetivada em 1772. Especializou-se em mineração, graças ao que foi nomeado Inspetor das Minas e das Matas de São Paulo. Ocupou-se do inventário mineralógico da província, pesquisa mais tarde complementada, com a colaboração de José Bonifácio, divulgada como apêndice do livro **Geologia elementar aplicada à agricultura e à indústria**, que viria a ser traduzido ao francês. Ainda no campo científico, traduziu manuais de autores renomados, editados em Lisboa.

Além de cientista de reconhecida competência, Martim Francisco era possuidor de ampla cultura geral. Como testemunho dessa faceta --e do desejo de transmitir esse conhecimento à elite brasileira em formação naquele período-- preparou (ou ministrou) curso assim intitulado “Filosofia de Kant ou princípios fundamentais da filosofia transcendental”. Nas primeiras décadas do século, sobretudo na França, havia grande interesse pela cultura alemã. O manuscrito correspondente esteve de posse de um dos descendentes, que dele deixou descrição minuciosa. Entretanto, não se preservou.

Não teve atuação política tão destacada como os irmãos, embora tenha sido deputado à Assembléia Constituinte e participado do primeiro ministério de D. Pedro, chefiado por José Bonifácio.

Segundo se referiu, foi exilado juntamente com os outros Andrada, tendo ainda exercido mandato parlamentar em seu retorno. Ao falecer, tinha 68 anos.

Diogo Antonio Feijó (1784/1843)

Sacerdote, teve atuação das mais relevantes nos decênios subseqüentes à Independência, embora ao observador distante pareça contraditória. Moderado e amigo da Ordem, combinava essa condição com atitudes muito próximas dos **exaltados**, razão pela qual, em certos momentos, chega a ser com estes confundido, sobretudo pela aversão devotada a José Bonifácio. Deputado às Cortes de Lisboa, elegeu-se para as duas primeiras Legislaturas da Câmara e, para o Senado, em 1833. Ministro do Império (1831/1832) notabilizou-se pela energia com que combateu desrespeitos à ordem legal, sobretudo na forma de revoltas armadas. Credenciou-se, assim, para tornar-se Regente eleito por voto direto --pleito que teve lugar a 7 de abril de 1835, alteração constitucional introduzida pelo Ato Adicional (1834). Nessa função, criou atritos adicionais, inclusive com a Cúria Romana.

Não só era contrário ao celibato dos padres como publicou obra defendendo esse ponto de vista (**Demonstração da Abolição do Celibato Clerical**). Na condição de Regente, transformou esse atrito em problema de governo, por ter o Papa se recusado a acatar decisão sua na nomeação de seu amigo, Padre Antonio Maria de Moura, para as funções de Bispo do Rio de Janeiro, que também propugnava pelo celibato clerical. Na vigência do Padroado, a livre circulação de documentos oficiais do Vaticano dependiam de autorização governamental. O governo tinha ainda a prerrogativa de nomear os bispos, **ad referendum** da Cúria Romana.

Terminou por renunciar em fins de 1837, o que contribuiu para evidenciar o fracasso da experiência republicana que era no fundo o cerne da reforma de 1834. No fim da vida, agastado com o **Regresso**, chegou a participar de uma revolta militar (1842), capitaneada pelos liberais. Preso e deportado (para Vitória), viria a falecer logo adiante.

Preservaram-se os **Cadernos** nos quais registrou as anotações de um curso de filosofia que ministrou em Itu, São Paulo, onde funcionava o Seminário. Incumbindo-se de editá-lo, o prof. Miguel Reale (1910/2006) considera-o partidário do kantismo. Octávio Tarquínio de Souza arrola-o entre os “fundadores do Império”.

Lino Coutinho (1784/1836)

Natural de Salvador, Bahia, diplomou-se em medicina na Universidade de Coimbra e, após breve estada na França e Inglaterra, regressou à sua terra natal. Com a organização da Escola de Medicina, tornou-se Lente de Patologia Externa. Participou ativamente na guerra da Independência, que teve lugar em sua terra natal, o que o credenciou a integrar a Junta Governamental organizada após a derrota das tropas portuguesas.

Elegeu-se para a Câmara dos Deputados, na Primeira Legislatura, e ali revelou acentuado anti-clericalismo, o que sugere se haja filiado ao naturalismo extremado, que chegou a vigorar nos círculos médicos europeus, a que se afeiçoaram também outros médicos brasileiros do mesmo período.

Integrou o governo formado pela Primeira Regência, após a abdicação. Faleceu aos 52 anos de idade.

José Martiniano de Alencar (1794/1860)

Político destacado no ciclo inicial da Independência, geralmente é lembrado apenas como o pai de José de Alencar (1829/1877), expoente do romantismo literário e que também teria atividade política.

José Martiniano de Alencar, como estudante na Faculdade de Direito de Olinda, participou da Revolução Pernambucana de 1817, razão pela qual seria condenado a quatro anos de prisão, a mesma pena atribuída a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

Libertado, elegeu-se deputado às Cortes de Lisboa. De regresso ao Brasil, tornou-se deputado à Assembléia Constituinte. Dissolvida esta, tendo a Confederação do Equador merecido a adesão de sua família, no Ceará, revolta ocorrida em 1824, em Pernambuco --e que se estendeu a outras províncias vizinhas--, considerou-se obrigado a apoiá-la, o que, mais uma vez, o levaria à prisão.

Absolvido durante o julgamento do processo, voltou à Câmara na Segunda Legislatura, iniciada em 1828. Nessa altura integrava o grupo dos moderados, onde teria atuação das mais destacadas. Em 1832, já sob a Regência, passou a integrar o Senado.

Seria Presidente da província do Ceará em duas oportunidades, 1834/1837 e 1840/1841.

Figurou entre os organizadores do Partido Conservador, quando se dá a articulação de que iria resultar o verdadeiro início da bem sucedida organização das instituições do governo representativo, a partir do movimento que passou à história com o nome de **Regresso**.

Ao concluir o segundo mandato no governo do Ceará, integrou a Oposição, por breve período. Em seguida, retirou-se da vida política.

Cipriano Barata (1762/1838)

Notabilizou-se sobretudo por se incluir entre os que deram início àquela que seria, talvez, a nossa primeira forma de jornalismo. Autores de publicações periódicas de poucas páginas, em geral tendo como título o assunto específico a que estivesse dedicado. Costuma-se denominá-los de “panfletários”, embora nem todos se dedicassem a pregação radical, que seria a nota dominante nos jornais de Cipriano Barata.

Nasceu na capital baiana e estudou medicina em Coimbra. De regresso ao Brasil, encontra-se entre os fundadores da primeira Loja Maçônica de Salvador, criada em 1797. Fez parte do movimento, ocorrido em 1798, denominado “Conjuração Baiana” ou “Revolução dos Alfaiates”, esta última para destacar a participação do elemento popular. E, também, da Revolução Pernambucana de 1817, sendo preso em seguida à sua derrota.

Elegeu-se deputado às Cortes de Lisboa. O empenho da liderança portuguesa de restaurar, no Brasil, o estatuto colonial serviu para incutir-lhe nativismo extremado. Assim, de regresso ao Brasil, embora tivesse sido escolhido para integrar a Assembléia Constituinte, como um dos representantes de sua província natal, recusou-se a dela participar. Preferiu dedicar-se à oposição a D. Pedro I, na forma costumeira, através dos panfletos. Devido à repressão que se seguiu à dissolução da Assembléia, seria novamente preso. Libertado, fixou-se pouco tempo na terra natal.

Em 1836 abandonou o jornalismo e a política, fixando-se em Natal, onde abriu curso da língua francesa. Faleceu dois anos depois. Tinha então 76 anos.

Francisco Agostinho Gomes (1769/1843)

Filho de família abastada, que o destinara à vida sacerdotal, foi mandado estudar em Portugal, embora o Brasil dispusesse então de Seminários renomados. À vista da morte do pai, contudo, teve que interrompê-la regressando ao Brasil como diácono, isto é, sem dispor do voto sacerdotal, embora em alguns documentos o chamem de “padre”. O historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares destaca o fato de ser possuidor de ampla

biblioteca “atualizada em livros e autores do pensamento iluminista francês”. Apesar dessa aproximação, não há registros de que haja aderido à doutrina emergente da Revolução Francesa, conhecida como **democratismo**, expressão do radicalismo político, que encontraria muitos adeptos nos decênios subseqüentes à proclamação da Independência.

Integrou a deputação brasileira às Cortes de Lisboa, oportunidade em que teria reconhecida a sua notável erudição. Contudo, não chegaria a ter atuação política destacada.

É dado como pessoa das relações de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755/1912), que viria a ser o chefe do primeiro governo de D. João VI no Brasil, ocupando-se, para usar sua expressão, em substituir, entre nós, “o restritivo sistema colonial que existia”, por atribuir ao nosso país papel destacado no propósito de “combater o atraso em que Portugal se encontrava em relação às Nações do Norte do continente”, tendo em vista a Inglaterra”. O certo é que Francisco Agostinho Gomes, na condição de empresário (comerciante) em que se tornara, ao assumir os negócios do pai, parece ter-se contagiado com aquele espírito, na medida em que procurou organizar uma companhia destinada a promover a exploração de cobre na Bahia.

Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizado em outubro de 1838.